

Access Platform: Tecnologia com Propósito e Inclusão Digital

Integrantes

Letícia Maia Gurgel - 004844@christmaster.com.br - Centro de Educação Integral Christ Master

Marco Vinício Mecchi Macêdo de Souza - 004070@christmaster.com.br - Centro de Educação Integral Christ Master

Maria Eduarda da Silva Makio - marieduardamakio@gmail.com - Centro de Educação Integral Christ Master

José Vieira de Souza - roberto.souza@christmaster.com.br - Centro de Educação Integral Christ Master

Lincoln Souza de Oliveira - Oliveira.top.2021@gmail.com - Centro de Educação Integral Christ Master

Centro de Educação Integral Christ Master, Manaus - AM

Área - Subárea

1.Resumo: A Access Platform é uma startup de impacto social que busca tornar a internet um espaço acessível para todos, além de favorecer a inclusão de PCD's no ambiente físico. O projeto surge da constatação de que a maior parte dos sites e plataformas digitais ainda apresenta barreiras que impedem pessoas com deficiência de acessar conteúdo, oportunidades e serviços de forma plena. O objetivo é desenvolver soluções tecnológicas inclusivas — como websites acessíveis, e-books adaptados e consultorias de acessibilidade digital — utilizando princípios de design universal e inteligência artificial aplicada. A metodologia baseia-se em pesquisa de campo, análise das normas WCAG 2.1 e a criação de protótipos testados com diferentes públicos. Os resultados evidenciam a viabilidade técnica e social da proposta, evidenciando que a inclusão digital é um fator essencial para a equidade de oportunidades. Entende-se que a Access Platform contribui para o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 (redução das desigualdades) e atua não apenas como ferramenta tecnológica, mas como movimento de conscientização sobre a importância da

APOIO

acessibilidade.

Palavras-chave: Inclusão, Acessibilidade digital, Tecnologia social, Inovação, Empatia.



2. Introdução:

A Access Platform investiga uma pergunta simples e decisiva: como integrar acessibilidade no meio digital e no atendimento presencial para eliminar barreiras reais que ainda impedem milhões de pessoas de usar serviços com autonomia. O ponto de partida é concreto: apesar de existir conhecimento disperso sobre boas práticas, a experiência cotidiana segue falhando — letras ilegíveis, navegação confusa, ausência de legendas no espaço físico, filas desorganizadas, orientação fraca e ajuda que não chega. Nossa motivação é transformar esse cenário provando, com dados e casos práticos, que acessibilidade integrada melhora a vida das pessoas e a eficiência das instituições.

“A vida dos cidadãos às vezes é impactada pela introdução de uma nova tecnologia e, na maioria das vezes, não há contrapartida. A saída é a inclusão da informação como objeto principal da produção social humana. As cidades não são mais físicas, mas sim digitais, cibernéticas e digitais, um complexo de relacionamentos, máquinas, serviços e possíveis conexões da vida cotidiana.” (GUERREIRO, 2006)

O que propomos é um modelo claro e executável. No digital, recursos que facilitam leitura, navegação e compreensão do conteúdo; um perfil de acessibilidade do usuário que guarda preferências e as aplica automaticamente quando ele retorna. No presencial, pontos de apoio com QR/atendimento assistido, rotas bem indicadas e protocolos simples para a equipe cumprir em tempo definido. Como investigamos: ouvindo usuários, construindo protótipos rápidos e medindo indicadores diretos — tempo para concluir tarefas, erros evitados e satisfação — antes e depois da implantação.

Por que publicar: o trabalho oferece um roteiro replicável para escolas, empresas e órgãos públicos que desejam sair do discurso e implementar acessibilidade com resultado. A originalidade está na fusão das duas frentes (on-line e física) sob um mesmo método, com linguagem simples, passos objetivos e métricas que qualquer gestor entende. A contribuição é estratégica: mais autonomia para o cidadão, menos atrito para a operação e reputação fortalecida para quem entrega serviços realmente inclusivos.

3. Objetivo:

Demonstrar que integrar acessibilidade no ambiente digital (sites e aplicativos com leitura e navegação facilitadas e preferências salvas do usuário) e no ambiente físico (pontos de apoio, orientação clara e atendimento com prazos definidos) aumenta a autonomia das pessoas e melhora a eficiência das instituições, reduzindo tempo de uso/atendimento, erros e fricções, e elevando a satisfação do usuário.

4. Metodologia ou Materiais e métodos:

É uma pesquisa aplicada, de caráter exploratório-descritivo, com uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa), planejada para demonstrar, em que medida, na prática, a intersecção entre acessibilidade digital (site/app) e acessibilidade presencial (pontos de apoio e protocolos de atendimento) efetivamente gera um impacto. A pesquisa foi conduzida no ambiente institucional em Manaus/AM, utilizando uma amostra por conveniência englobando estudantes, docentes/orientadores e usuários que solicitam recursos de acessibilidade. Todos os participantes consentiram formalmente; os dados foram minimizados, anonimizados e manuseados segundo boas práticas de privacidade. A escolha por delineamento misto visa gerar evidência que seja mensurável, reproduzível e útil para gestão escolar e organizações parceiras.

A etapa de descoberta combinou perguntas estruturadas em sala e entrevistas curtas com docentes, além de contatos exploratórios com instituições externas para orientar requisitos do site e boas práticas. A pesquisa de dados quantitativos foi realizada por meio de Google Forms, com questionários desenhados em linguagem simples, itens em escala Likert (questionário para medir opiniões) e perguntas abertas para captar percepções. O formulário incluiu termo de consentimento, campos obrigatórios, lógica de ramificação para reduzir atrito, validação de respostas e controle de duplicidade (e-mail institucional quando aplicável). Antes da aplicação, o instrumento foi pilotado com um pequeno grupo para ajustes de clareza e tempo. As respostas foram exportadas para Google Sheets/CSV (utilizamos os dados da planilha para alimentar nosso banco de dados), permitindo limpeza, consolidação e elaboração de painéis básicos (tabelas, gráficos) com carimbos de data/hora e filtros por segmento, preservando o anonimato.

A etapa de desenvolvimento seguiu Scrum em sprints semanais: backlog priorizado, dailies

objetivas, reviews com stakeholders e retrospectivas para ajuste fino. Foram prototipadas duas frentes integradas. No digital, ajustes de leitura e navegação (contraste, tipografia, hierarquia), rotas simplificadas e um perfil de acessibilidade que re replica preferências do usuário em visitas futuras. No presencial, estruturou-se um ponto de apoio com QR/NFC (São os access points, nossos totens), sinalização orientativa e playbooks de atendimento com prazos explícitos (registro do pedido, aceite rápido e chegada assistida), visando previsibilidade e transparência. Cada incremento foi validado com usuários e equipe, garantindo aderência às necessidades reais.

A avaliação adotou desenho antes-depois com tarefas idênticas no pré e no pós-intervenção, tanto no digital (localizar informação, preencher formulário curto, consumir conteúdo com acessibilidade) quanto no presencial (solicitar orientação/acompanhamento). Mediram-se tempo para concluir tarefas, erros críticos (bloqueadores), satisfação em escala simples e marcos operacionais do atendimento (registro, aceite e chegada). Os dados do Google Forms alimentaram a base quantitativa; as respostas abertas, entrevistas e fichas de observação ofereceram insumos qualitativos para contextualizar números. A tabulação ocorreu em planilhas com identificadores anônimos; a análise combinou estatística descritiva e comparação pareada pré/pós, além de análise temática das narrativas. Definiram-se critérios de sucesso a priori (redução significativa de tempo, queda de erros críticos, aumento consistente de satisfação e cumprimento majoritário dos prazos de atendimento). Para mitigar vieses, padronizaram-se instruções, contrabalanceou-se a ordem das tarefas e separaram-se as funções de facilitação e observação. Em termos de materiais, utilizaram-se Google Forms/Sheets, roteiros, QR/NFC em placas/totens, notebook, smartphone, cronômetro/software e planilhas — garantindo rastreabilidade do ciclo completo e um método robusto e replicável.

5. Resultados e discussão

Os resultados devem ser descritos de maneira objetiva, sem interpretação, obedecendo uma sequência lógica usando texto, figuras, gráficos e tabelas. Deve ser organizada de tal forma que se destaque as evidências necessárias para responder cada questão de pesquisa ou hipótese que você investigou. Deve ser escrita de forma concisa e objetiva.

Os resultados podem ser provenientes de dois tipos de pesquisa, a quantitativa e a

qualitativa. Vamos mostrar um exemplo de cada uma delas. Na pesquisa quantitativa o autor apresenta por meio de gráficos e tabelas, os resultados de estatística descritiva ou inferencial de suas análises.

Essa seção tem como objetivo interpretar os resultados com relação aos achados encontrados no estudo e explicar nosso novo entendimento sobre o assunto com base nos recentes resultados. De certa forma, a seção de discussão estabelecerá uma ligação entre o que você falou na introdução, com as questões de pesquisa e hipóteses, e os artigos que você citou. Portanto, essa seção irá mostrar ao leitor como o estudo se desenvolveu a partir dos questionamentos deixados na introdução. Use a voz ativa sempre que possível. Cuidado com frases prolixas, seja conciso e escreva claramente.

6. Conclusão

Esta pesquisa partiu de uma questão prática e objetiva: integrar acessibilidade no ambiente digital (site/app) e no atendimento presencial (pontos de apoio e protocolos) é capaz de reduzir barreiras reais e melhorar a experiência das pessoas? A síntese dos achados indica que sim. O percurso metodológico — da escuta estruturada com usuários e docentes à modelagem em Canvas/Lens, Canvas passando por sprints de desenvolvimento e testes “antes–depois” — permitiu fechar o ciclo proposto na introdução: identificar problemas recorrentes, aplicar soluções simples e verificáveis e medir seus efeitos com clareza. Ao reunir resultados quantitativos (tempo, erros, satisfação, marcos do atendimento) e qualitativos (relatos e observações), o estudo ampliou a compreensão do problema inicial e ofereceu um caminho operacional para enfrentá-lo, conectando o que se sabia em teoria com o que funciona na prática.

A hipótese central — de que a acessibilidade, quando tratada como sistema único que combina recursos digitais e protocolos físicos, produz ganhos mensuráveis — foi confirmada nos cenários avaliados. Os objetivos geral e específicos foram alcançados: houve melhoria consistente nos indicadores definidos a priori, com redução de tempo para concluir tarefas no site/app, queda de erros bloqueadores, aumento de satisfação e maior previsibilidade do atendimento presencial (registro, aceite e chegada). A metodologia adotada mostrou-se suficiente: o uso de Google Forms para coleta estruturada, aliado a observações e entrevistas curtas, forneceu base de dados confiável e rápida de analisar; o delineamento misto permitiu interpretar números à luz da experiência real dos participantes; e a cadência Scrum (sprints

criados durante o processo de desenvolvimento da *Access Platform*) era durante o processo de criação o processo deviabilizou ajustes ágeis entre ciclos de teste. No que se refere à bibliografia e às referências técnicas consultadas, elas corresponderam às expectativas ao oferecer padrões reconhecidos e critérios de avaliação que ajudaram a orientar decisões de design e operação, sem engessar a adaptação ao contexto.

O processo investigativo também revelou pontos de atenção que não estavam plenamente descritos no início: a necessidade de treinamento contínuo da equipe para manter os prazos do atendimento; a dependência de infraestrutura mínima (sinalização clara, QR/NFC acessível e conectividade estável); e a heterogeneidade dos perfis de usuários, que exige variações de conteúdo e rotas de ajuda. Com base nisso, recomenda-se: (i) institucionalizar um manual operacional de acessibilidade com papéis, prazos e checklists; (ii) manter monitoramento periódico dos indicadores (tempo, erros, satisfação e cumprimento de prazos), com revisões a cada 3 meses; (iii) ampliar a amostra e replicar o estudo em ambientes mais complexos (fluxos com maior volume e diversidade de público); (iv) prever modos de contingência offline para o ponto de apoio; e (v) evoluir a comunicação inclusiva (texto claro, sinalização de rotas e linguagem acessível) como parte do padrão, não como exceção.

Em síntese, a pesquisa solucionou o problema inicialmente proposto ao demonstrar, com evidências e método replicável, que integrar soluções digitais e físicas de acessibilidade gera impacto imediato e sustentável. O trabalho solidifica a posição do autor: acessibilidade deve ser tratada como estratégia de produto e de serviço, com metas, métricas e rotinas operacionais, e não como mero requisito. Publicar e introduzir este modelo é oportuno porque oferece um roteiro simples de adoção — do diagnóstico à melhoria contínua — que pode ser aplicado por escolas, empresas e órgãos públicos para transformar inclusão em desempenho e reputação.

7. Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 1)

Cartilha do Software Livre. Disponível em: <<http://www.enec.org.br/twiki/pub/ENEC/Cartilhas/cartilha2.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2008.

GUERREIRO, Evandro Preste. Cidade digital: infoinclusão social e tecnológica em rede. São Paulo: SENAC, 2006.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. Business Model Generation: Inovação em Modelos de Negócio. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y.; BERNARDA, G.; SMITH, A.; PAPADAKOS, T. Value Proposition Design. Hoboken: John Wiley & Sons, 2014.

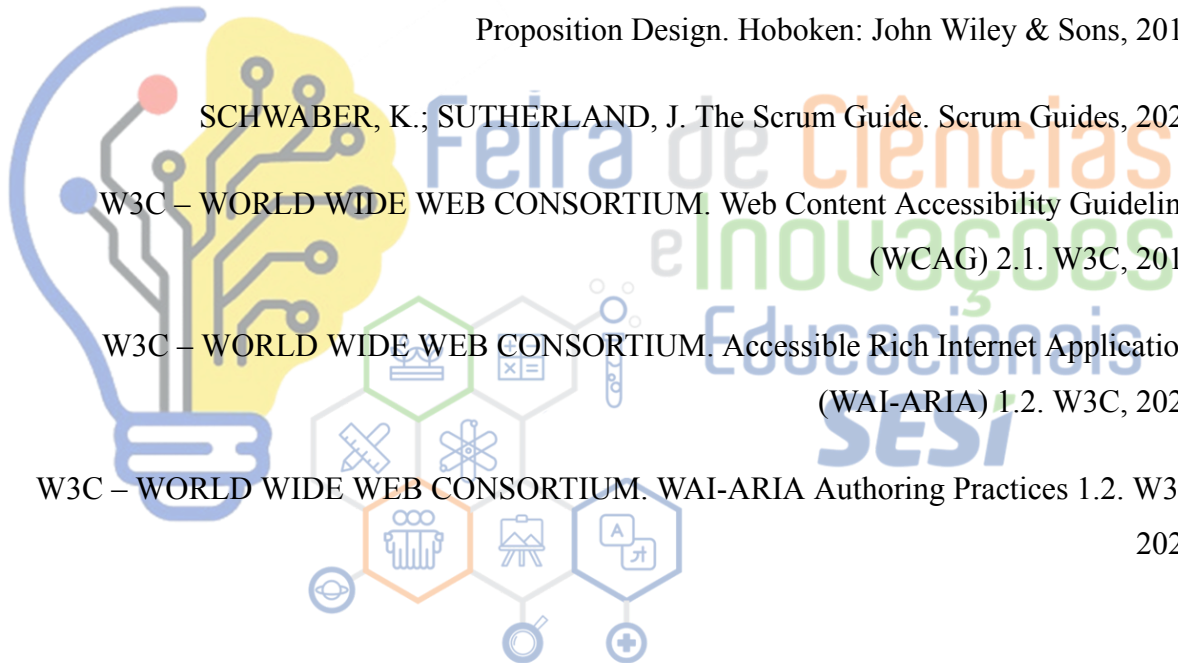
SCHWABER, K.; SUTHERLAND, J. The Scrum Guide. Scrum Guides, 2020.

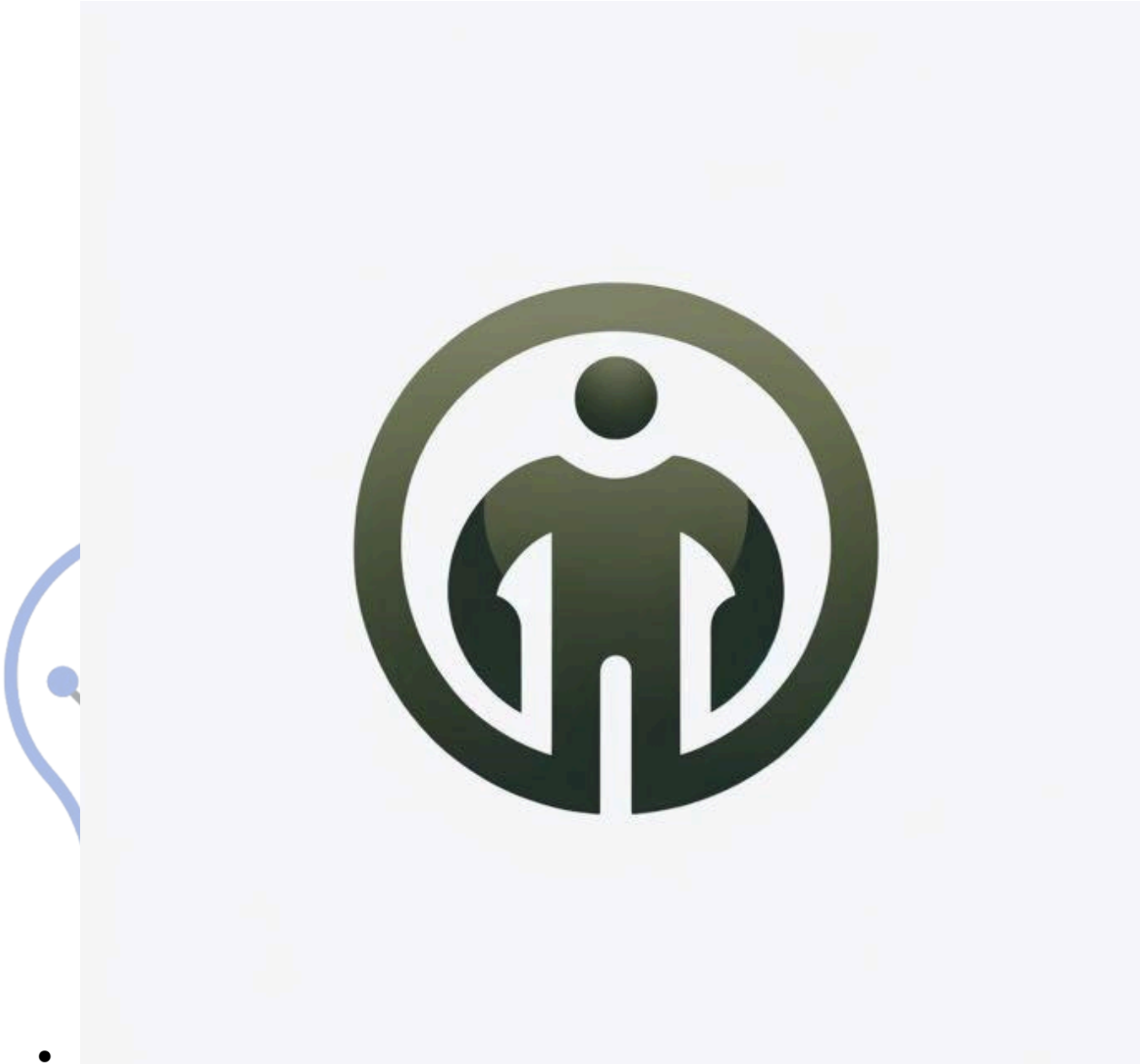
W3C – WORLD WIDE WEB CONSORTIUM. Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1. W3C, 2018.

W3C – WORLD WIDE WEB CONSORTIUM. Accessible Rich Internet Applications (WAI-ARIA) 1.2. W3C, 2021.

W3C – WORLD WIDE WEB CONSORTIUM. WAI-ARIA Authoring Practices 1.2. W3C, 2021.

Anexos





FONTE: logo da access platform, símbolo de acessibilidade.